

## As ultimas realizações do Ministerio da Viação

### A linha transatlantica do "Graf Zepelin" — A electrificação da Central do Brasil — Rodagens inter-estadaes

RIO, 30 — (Nacional) — Em sua edição de hoje o "Correio da Manhã" publica o seguinte:

"Hontem, á tarde, o nosso representante junto ao Ministerio da Viação teve oportunidade de entreter ligeira palestra com o dr. José Americo de Almeida, a respeito dos ultimos empreendimentos administrativos que vêm sendo encaminhados naquella pasta e, como soubessemos que não só uma conferencia entre o titular da Viação, o Chefe do Governo Provisorio e o sr. Hugo Eckner, havia se realizado, mas também que providencias importantes foram tomadas sobre a electrificação da Central do Brasil, resolvemos indagar do ministro da Viação sobre esses assumptos. — O Ministerio da Viação, responder-nos s. exc., teve hoje um grande dia. Talvez o seu maior dia.

Ficou assentado definitivamente o accordo entre o governo e a companhia do "Graf Zepelin", para o estabelecimento da linha transatlantica, creando-se no Rio de Janeiro um centro de aviação, destinado a irradiar-se por todo o pais e pela America do Sul, conjugado com o serviço da "Condor Syndicato".

O ministro da Fazenda deu-me promessa formal que forneceria immediatamente os meios para a construção do aeroporto desta capital, independentemente da taxa postal, creada para esse fim, regime que determinaria maiores delongas. Poderei, assim, empregar o producto dessa taxa em melhora-

mentos dos serviços a cargo do Departamento de Correios e Telegraphos.

A comissão indicada, a meu pedido, pelos institutos technicos, para examinar as propostas para a electrificação da Central do Brasil, da estação Pedro II a Barra do Pirahy, apresentou o seu trabalho, pronunciando-se unanimemente pela preferéncia de uma das empresas, tirando, assim, ao governo, a responsabilidade de mais detido estudo do problema, que terá execução immediata, tanto mais quanto as condições apuradas excederam, na parte technica e financeira, á expectativa mais optimista.

O engenheiro Pimenta da Cunha, chefe da Comissão de Estradas de Rodagem, trouxe ás minhas mãos o projecto do novo traçado da estrada de Therezopolis, que será approved amanhã, para que a construção seja iniciada na proxima quarta-feira. Esse traçado, em todos os sentidos, parece-me louvavel. As suas vantagens technicas e economicas são inegaveis.

Coincidiu ainda que o dr. Carlos Luz, secretario das Obras Publicas de Minas Geraes, me procurou logo para propôr-me o inicio da construção, por parte de aquelle Estado, de um grande trecho do seu territorio, correspondente ao traçado da rodovia Bahia-Rio, cujo inicio é a estrada de Therezopolis, com a condição do Governo Federal indemnizar depois o custo do trabalho.

Foi, rematou o ministro José Americo, positivamente, um dia cheio. (A União).

### Partido Progressista da Parahyba

O Tribunal Regional Eleitoral designou o dia 4 do corrente para se proceder a nova eleição na 7.ª secção desta capital.

O Partido Progressista está se dirigindo, por circulares, ao eleitorado da referida secção pedindo os seus suffragios para a sua chapa que é composta de nomes dos mais expressivos da actualidade politica parahybana.

Norteados por um programma que inscreve em seus postulados o batalhador pela consecução das maximas aspirações da nossa terra, o Partido Progressista, que já provou contar com o apoio e a sympathia da Parahyba consciente, espera que o altivo eleitorado da referida secção ratificará a manifestação das urnas livres que já sagraram com a votação de mais de quinze mil votos os nomes dos drs. Manuel Velloso Borges, Irenêo Joffily, Odon Bezerra, José Lira e Hereciciano Zenayde.

A circular que o directorio desta capital está distribuindo é a seguinte:

"Condições: A annullação das eleições realizadas no dia 3 de maio ultimo, nas 7.ª e 12.ª secções deste municipio, decretada pelo Tribunal Regional de Justiça Eleitoral, em virtude de irregularidades verificadas no respectivo processo, determina que se procedam novas eleições sob a presidencia do juiz eleitoral desta zona, em data que será previamente marcada.

Fostes um dos votantes nas referidas eleições e só podemos crer que o vosso suffragio, dado de consciencia, tenha recebido em candidatos que por suas proprias qualidades e pelas idéas que se propõem a defender, sejam dignos da preferéncia da Parahyba.

O resultado já conhecido do pleito de 3 de maio, expressando uma esmagadora maioria para a chapa do Partido Progressista da Parahyba e a consagração das idéas basicas do seu programma, do qual vos offerecemos

### Viaja hoje para o Sul o coronel Otto Feio

Destino ao Rio de Janeiro se-gue hoje, pelo paquete "Aratim-bô", o coronel Otto Feio da Silveira, digno e illustre commandante do 22.º Batalhão de Caçadores, aqui aquartelado.



O distinguido militar, que teve marcada actuação contra os rebeldes paulistas, na ultima campanha, é um official de prestigio no seio da tropa federal a que vem servindo com rara dedicação e bravura ha trinta e cinco annos.

Nesta capital, commandando a heroica unidade que tem sua sede no quartel de Cruz das Armas, angariou o coronel Otto Feio as mais destacadas sympathias, bem assim nos circulos sociaes de nossa terra.

A fim de trazer-nos suas despedidas, aquelle valoroso official veiu hontem á tarde ao nosso gabinete redaccional, pedindo-nos tornassemos extensivas as mesmas a todos a quem, por caréncia de tempo, não o poudo fazer.

O ELIXIR de Carnaúba de Rabelo cura feridas syphiliticas, ozena (corrimento nazal), pustulas syphiliticas. Vende-se em todas as Pharmacias.

### Uma opinião do sr. Zalachio Diniz sobre o ministro José Americo

RIO, 30 — (Nacional) — Examinando, no periodico "Jornada", os nomes em mais evidencia para os altos postos da Republica, o jornalista Zalachio Diniz faz restricções ao ministro José Americo, dizendo que esse politico só vê na America o Brasil e no Brasil a Parahyba. (A União).

### O reflorestamento do Nordeste

Nordeste", diz o

RIO, 30 — (Nacional) — Tratando do reflorestamento do Nordeste, cuja relevancia encarece, para a solução do problema secular das estiagens, o "Diario Carioca" diz que a maior realização do Governo Provisorio, está, não ha duvida, nos serviços das Obras contra as Sêccas.

Acrescenta que os trabalhos realizados honram um administrador.

Ação dinamica pratica, honestidade acima de qualquer duvida, sincero devotamento á causa, caracterizam a actividade do Ministerio da Viação, no "Diario Carioca".

em harmonioso conjuncto, caracteriza o milagre operado nos Estados nordéstinos pelo sr. José Americo, ministro da Viação, com o decidido apoio do sr. Getulio Vargas, Chefe do Governo Provisorio. (A União).

### Centro Civico "João Pessôa"

#### A sua importante reunião de hontem

Num dos salões da Imprensa Official, reuniu, hontem á noite, o Centro Civico João Pessôa, a fim de assentar medidas para as proximas solennidades da collocação da pedra fundamental do soberbo monumento que o governo do Estado vae mandar erigir, nesta capital, ao seu immortal Patrono.

A reunião foi presidida pelo dr. Irenêo Joffily e secretariada pelo sr. Murillo Lemos, com a presença dos srs. conego Mathias Freire, dr. Diogenes Caldas e senhorinhas Moça Vianna, Analice Caldas, Criselide Caldas e Maria de Lourdes Rosas.

Foram discutidos os meios de imprimir-se o maior brilho áquella cerimonia, que constituirá mais uma oportunidade de cultuar-se a memoria do Grande Presidente e terá um cunho eminentemente popular.

O lançamento da pedra fundamental realizar-se-á em dia previamente anunciado.

O Centro Civico João Pessôa entre outras providencias, resolveu o seguinte: — Convidar toda a imprensa desta capital, sem distincção de credo politico, para colaborar na propaganda da solennidade, a fim de que a mesma tenha o maior brilhantismo e movimento toda a população da cidade; convidar todas as classes operarias, as escolas publicas e particulares, collegios, Lyceu Parahybano, Escola Normal, Orphanato D. Ulrico e instituições congeneres, Academia de Commercio "Epitacio Pessôa", Instituto Commercial "João Pessôa", Instituto Historico, Associação Commercial, Associação dos Empregados no Commercio, União dos Retalhistas, para comparecerem incorporados ao acto de collocação da pedra do monumento; entendimento com o governo do Estado, para offerecer-lhe a coadjuvação do Centro no programma da solennidade.

Para todos esses entendimentos, ficou organizada uma comissão, composta dos drs. João Mauricio de Medeiros, Diogenes Caldas e senhorinha Analice Caldas.

Para orador do Centro, no acto de lançamento da pedra, foi escolhido o conego Mathias Freire.

### O ultimo telegramma do sr. Antonio Bôto á imprensa do Rio

A proposito de uma referencia feita pelo sr. ministro José Americo ao facto de ter um irmão do sr. Antonio Bôto figurado como pedreiro nas antigas folhas de pagamento da Inspectoria de Sêccas neste Estado, dirigiu s. s. um telegramma aos jornaes da

metropole do pais, em termos aggressivos á reputação do actual titular da Viação.

Adeanta o sr. Bôto que em nada lhe envergonha aquella simulação flagrante. Entende s. s. que dinheiro deve vir seja como fór. Está muito bem. Mas, se a referencia em nada affectou ao sr. Antonio Bôto, para que um despacho tão extemporaneo?

Embora revoltados com semelhante campanha movida contra um conterraneo que se ha desdoblado em beneficios pela Parahyba, indo até ao sacrificio da propria vida, não estamos, aqui, formulando a defesa do grande ministro. Queremos apenas assegurar que, ainda desta vez, s. exc. terminará victorioso, porque o seu passado todo de renuncias e trabalho pelo bem publico nos autoriza esta affirmação.

E a Parahyba, conhecedora da vida particular do sr. ministro José Americo e do seu tresloucado inimigo, já antevê o desfecho do incidente.

### O MINISTERIO DO TRABALHO VAE MANDAR CONSTRUIR 400 CASAS PARA OPERARIOS

RIO, 30 — (Nacional) — "O Globo" noticia que o Ministerio do Trabalho resolveu mandar construir 400 casas para residencias de operarios em local que ainda não foi escolhido. (A União).

### NOTAS DE PALACIO

Estiveram hontem no Palacio da Redempção, sendo recebidos pelo sr. Interventor Gratuliano Brito, os srs. Paula Cavalcanti, dr. Antonio Leitão, Eduardo Stuckert, tenente Severino Lucena e prefeito Francisco Pedro.

Conferenciaram com o sr. Interventor Federal os drs. José Gonçalves de Mello e Pompeu Borges e o sr. Waldemar Leite, gerente do Banco do Estado da Parahyba.

O sr. Arthur Sobreira, 1.º secretario do Clube dos Diarios, communicou ao chefe do governo a posse da nova directoria dessa prestigiosa agremiação elegante.

CANCROS VENEREOS, EXOSTOSES, ESCRÓPHULAS, LARYNGITES — Curam-se com o Elixir de Carnaúba e Succi-pira Composto. Vende-se em todas as pharmacias.

# PARTE OFFICIAL

## ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. DR. GRATULIANO DA COSTA BRITO

### GOVERNO DO ESTADO EXPEDIENTE DO GOVERNO DO DIA 30:

Decretos:  
O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Massaranduba, distrito de Campina Grande.

O Intervertor Federal neste Estado resolve exonerar o sargento Ephraim Eppiphânio da Silva do cargo de sub-delegado da circumscrição de Massaranduba, distrito de Campina Grande.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Ephraim Eppiphânio da Silva para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Pocinhos, distrito de Campina Grande.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve exonerar a pedido, Minervino de Oliveira e Silva do cargo de escrivão do distrito de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve exonerar o sargento Enio Soares de Mendonça do cargo de sub-delegado da circumscrição de Pocinhos, distrito de Campina Grande.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

O Intervertor Federal neste Estado resolve nomear o sargento Enio Soares de Mendonça para exercer o cargo de sub-delegado da circumscrição de Serra da Raiz, do município de Caldeira.

## THESOURO DO ESTADO DA PARAHYBA

### DEMONSTRAÇÃO do movimento bancario, em 30 de maio de 1933

INSTITUTOS DE CREDITOS	Saldo anterior	Depositos nesta data	TOTAES	Retiradas nesta data	Saldos existentes
Banco do Brasil C/ Movimento	—	—	—	—	—
Banco do Brasil C/ Patronato etc.	482.165	—	482.165	—	482.165
Banco do Estado da Parahyba C/ Movimento	15.559.825	2.000.000	17.559.825	2.352.450	14.607.375
Banco do Estado da Parahyba C/ Banco Agricola e Hypothecario	1.663.253	—	1.663.253	—	1.663.253
Banco Central C/ Prazo Fixo	100.000.000	—	100.000.000	—	100.000.000
Banco Central C/ Movimento	11.274.891	—	11.274.891	—	11.274.891
Pequenos Bancos C/ Prazo Fixo	430.000.000	—	430.000.000	—	430.000.000
Banco do Brasil C/ Auxilio aos Lavadores	10.000.000	—	10.000.000	—	10.000.000
<b>Total</b>	<b>562.801.134</b>	<b>2.000.000</b>	<b>570.801.134</b>	<b>2.952.500</b>	<b>567.848.634</b>

Thesouraria Geral do Thesouro do Estado da Parahyba, em 30 de maio de 1933.

FRANCA FILHO, thesoureiro geral.

MOACYR DE M. GOMES, escripturario

te José Gadelha de Mello, resp. pelo sub-cmt. int.

**INSPECTORIA GERAL DA GUARDA CIVICA**  
Inspectoria Geral da Guarda Civica do Estado — Quartel em João Pessoa, 30 de maio de 1933 — Serviço para o dia 31 (quarta-feira).

Dia à Inspectoria, guarda de 1.ª classe II.

Rondantes, guardas de 1.ª classe ns.

Dia à Secção de Vehiculos, esc. Pires Filho.

Guarda do Quartel, guardas ns. 51 — 134 — 29 e 82.

Policimento nos cinemas, guardas ns. 125 — 99 — 85 e 38.

Policimento de vehiculos, guardas ns. 5 — 53 — 54 — 55 — 43 e 115.

Policimento da capital, guardas ns. 143 — 45 — 77 — 135 — 94 — 38 — 25 — 112 — 95 — 64 — 103 — 111 — 85 — 129 — 99 — 101 — 79 — 137 — 114 — 80 — 100 — 65 — 41 — 117 — 121 — 123 — 73 — 56 — 59 — 90 — 131 — 60 — 80 — 109 — 96 — 28 — 26 — 50 — 67 — 139 — 68 — 34 — 76 — 24 — 36

### DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA DO ESTADO MOVIMENTO DE CONTAS

	Dia 30
Existentes no dia 29	2.201.474\$612
Pagas hoje	1:107\$000
Emprestimo do Banco do Brasil	1.600.000\$000
Saldos demonstrados	3.800.367\$612
	573.056\$055
	3.227.311\$557

### Demonstração da receita e despesa navidas na Thesouraria Geral, do Thesouro do Estado da Parahyba do dia 30 de corrente mês

RECEITA	
Saldo do dia 29 do corrente	7:615\$981
Recebedoria — Ponto da renda dos dias 27 e 29	2:000\$000
Imprensa Official — Renda dos dias 26 e 27 deste	1:186\$860
Cobrança da Divida Activa	372\$580
Banco do Estado — Retirado n data	2:952\$500
	14:127\$921

Thesouraria Geral do Thesouro do Estado da Parahyba, em 30 de maio de 1933.

Franca Filho, thesoureiro geral.

Moacyr de M. Gomes, escripturario

### PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA BALANCETE DA RECEITA E DESPESA DO MUNICIPIO

Saldo do dia 29	6:270\$253
Receta do dia 30	12:835\$700
Despesa do dia 30	9:785\$732
Saldo para o dia 31	9:320\$221
No B. do Brasil	86\$000
Na Caixa Rural	812\$800
Em cofre	8:421\$421

Thesouraria da Prefeitura de João Pessoa, 30/5/1933. Gótilo Fernandes, Thesoureiro Interino.

— 116 — 27 — 20 — 127 — 132 — 122 — 31 — 19 — 22 — 124 — 81 e 84.

Tribunal Eleitoral, guardas ns. 61 — 49 — 92 — 133 — 58 — 105 — 106 — 120 — 126 e 119.

Signalização do transito de vehiculos, guardas ns. 91 — 70 — 128 — 37 — 32 e 87.

— 108 — 142 — 140 — 78 — 87 — 66 — 40 — 113 — 104 — 107 — 62 — 69 — 83 e 71.

Ordem do dia n. 121 — Uniforme 4.º (kaki).

Para conhecimento da Corporação e devida execução, publico o seguinte:

Segunda parte — I — Apresentação da guarda Apresentou-se ontem, por conclusão do despacho do serviço o guarda n. 99, Antonio Fonseca Amorim.

II — Ainda apresentação de guardas — O sr. dr. director da Segurança Publica, em officio n. 1.015, de ontem datado, fez apresentar o guarda n. 98, José Itabayana de Oliveira, que fazia o serviço de agente secreto, visto ter mesmo se incompatibiliza com o cabo commandante da guarda daquella repartição, com o qual teve um incidente.

III — Recomendação — Esta Inspectoria recomenda as guardas em geral, para, de ora avante, não mais entregarem armas e objectos apreendidos na delegacia de policia, devendo serem entregues neste quartel, para os devidos fins.

IV — Ainda recomendação — Esta Inspectoria recomenda as guardas que fazem o serviço da praça Alvaro Machado que desenvolvam a maior actividade possivel no sentido de evitar as pequenas desordens que all frequentemente occorrem, promovidas por garotos e desocupados que demoram naquello trecho urbano e à roda da estação ferroviaria. Esta vigilancia deve se estender aos trens, onde esses mesmos garotos se comportam mal, causando vexames e aborrecimentos aos passageiros. Recommendo ainda aos demais guardas que conduzem a delegacia de policia todos os individuos que forem encontrados mendigando pelas ruas da cidade, essa vigilancia deve ser reforçada principalmente nas quartas-feiras e sabbados, dias em que mais infestam à rua desta capital.

(Ass.) Tenente Arthur Guedes Alcorado, inspector.

Confere com o original: Francisco Ferreira d'Oliveira, sub-inspector.

### CONSELHO CONSULTIVO DO ESTADO

Parecer n.º 93 — O sr. prefeito municipal de João Pessoa, encaminhou a este Conselho, para o seu pronunciamento a respeito, o processo de aposentadoria do sr. Arthur da Silva Pinto, amanuense da Secretaria do extinto Conselho Municipal desta capital.

Esse funcionario foi, em data de 10 de abril de 1919, pelo mesmo Conselho reunido em sessão, aposentado no cargo que então occupava, tendo-lhe sido arbitrados os vencimentos de rs. 2.400\$000 sobre os de rs. 2.640\$000 que vinha recebendo.

Aconteceu que, em 1931, a Comissão Revisora de Aposentadorias, junto à Prefeitura Municipal, estudando detidamente a aposentadoria desse cidadão verificou duas irregularidades fundamentais em seu processo de inatividade remunerada: a) a dr contagem de tempo de serviço que infringia o art. 4.º § 2.º da lei estadual n. 14 de 23 de setembro de 1893 b) a ausencia de um laudo de inspecção de saúde que fizesse provr legal da invalidéz e que o interessado procurara supprir, em seus effectos, mediante dois attestados firmados por facultativos desta capital.

Em consequencia da revisão o tempo de serviço contado foi rebaixado a apenas a 16 annos e 11 meses e os vencimentos reduzidos à quantia de rs. 1.082\$663 a título de pensão, ajustarem ao § 1.º do art. 4.º da lei citada, exigindo ainda o parecer que o supplicante fizesse, em inspecção de saúde, perante uma junta medica adrede designada, prova bastante de invalidéz.

Interessado sr. Arthur da Silva Pinto, em requerimento datado de 4 de janeiro ultimo, que dirigiu ao sr. prefeito municipal desta capital, declarando conformar-se plena-

### CONSELHO CONSULTIVO DO ESTADO

Parecer n.º 97 — O sr. prefeito desta capital enviou a este Conselho uma petição do sr. Annibal de Gouveia Moura e sua mulher, dirigida ao Conselho Consultivo do Município, reclamando contra a acção dos agentes da Prefeitura em sua propriedade "Mandacarú do Meia", onde exploram a industria de sal.

Os reclamantes allegaram que, no dia 2 de abril de 1931, agentes da Prefeitura, desta capital, comparendo em sua propriedade acima referida, intimaram ao primeiro dos reclamantes para despezcar seus viveiros ou chadouros de ordem da Prefeitura, intimação esta que não foi attendida, retirando-se os alludidos agentes para a cidade.

A tarde voltaram os mesmos acompanhados de soldados da Força Policial, proibindo, terminantemente, que o primeiro dos reclamantes evitasse de a maré arrombasse os ditos chadouros, dando lugar, esse arrombamento, a destruição de muitos viveiros.

Conclue na 5.ª pag.

Thesouraria da Prefeitura de João Pessoa, 30/5/1933. Gótilo Fernandes, Thesoureiro Interino.

mente com o calculo da Comissão Revisora de Aposentadorias, e, juntado dois attestados medicos firmados por facultativos residentes em Rio Claro, Estado de S. Paulo, onde o supplicante está residindo, vem pedir que seja ordenado o pagamento de seus vencimentos dos annos de 1931 e 1892.

O Conselho é de parecer que seja indeferido o pedido porque, comparando se tenha o requerente conformado com a redução de vencimentos, não se submeteu à inspecção de saúde exigida para fazer prova plena de sua invalidéz, conforme o detremna o art. 2.º da lei n. 14, de 23 de setembro de 1893, persistindo, por isso, os motivos que determinaram a suspensão de pagamento no periodo citado.

João Pessoa, 28 de janeiro de 1932. — Diogenes Caldas (relator), Pompeu Borges, João Moraes, Augusto de Almeida.

Parecer n.º 96 — O exmo. sr. dr. Intervertor Federal encaminhou a este Conselho um memorial dos industriais Annibal de Gouveia Moura, Josias Gomes da Silva e outros, proprietarios das salinas "Santa Maria", "São Francisco" e "Nossa Senhora do Livramento", no qual pedem amparo para sua industria de sal.

Os mesmos allegam, para amparar a seu pedido, que o producto de suas salinas é igual ao das de outros Estados e que, por se tratar de uma industria nova aqui, lutam com enorme difficuldade não podendo concorrer em preço com o sal que vem de outros Estados.

Allegam ainda que o imposto de entrada ou de incorporação era anteriormente de mil e quatrocentos... (1\$400) réis, por sacco de 75 kilos e que, actualmente, é de duzentos e cinquenta (\$250) réis.

E que o imposto de exportação é de mil e cem (\$100) réis por volume de 70 kilos.

Por sua vez, o Thesouro do Estado informa que o imposto de industria e profissão sobre salinas é de 30\$000, de 1.ª classe, 240\$000 de 2.ª e 120\$000 de 3.ª e que o armazem ou deposito de produção do Estado é de rs. 170\$000 e de outro Estado e de rs. 210\$000.

Tratando-se de um producto de grande consumo no Estado e de primeira necessidade para o povo como é o sal, o Conselho é de parecer que o imposto actualmente cobrado de entrada ou incorporação é razoavel, tanto mais quanto, de accordo com o decreto n. 21.418, de 17 de maio de 1932, elle só devia ser cobrado quando incidisse igualmente nos artigos similares de produção do Estado. (Letra B, artigo 4.º do citado decreto).

Entretanto, este Conselho achando justa a preferéncia dos industriais, no sentido de amparar a industria do sal é de parecer que seja reduzida de 50% a taxa nos direitos de exportação de sal de produção do Estado, sendo tambem reduzido o imposto de industria e profissão, nos termos das leis em vigor.

Sala das sessões do Conselho Consultivo, em 22 de maio de 1933. — Diogenes Caldas (relator), Diogenes Caldas, Pompeu Borges, Augusto de Almeida.

### CONSELHO CONSULTIVO DO ESTADO

Parecer n.º 97 — O sr. prefeito desta capital enviou a este Conselho uma petição do sr. Annibal de Gouveia Moura e sua mulher, dirigida ao Conselho Consultivo do Município, reclamando contra a acção dos agentes da Prefeitura em sua propriedade "Mandacarú do Meia", onde exploram a industria de sal.

Os reclamantes allegaram que, no dia 2 de abril de 1931, agentes da Prefeitura, desta capital, comparendo em sua propriedade acima referida, intimaram ao primeiro dos reclamantes para despezcar seus viveiros ou chadouros de ordem da Prefeitura, intimação esta que não foi attendida, retirando-se os alludidos agentes para a cidade.

A tarde voltaram os mesmos acompanhados de soldados da Força Policial, proibindo, terminantemente, que o primeiro dos reclamantes evitasse de a maré arrombasse os ditos chadouros, dando lugar, esse arrombamento, a destruição de muitos viveiros.

Conclue na 5.ª pag.

### CONSELHO CONSULTIVO DO ESTADO

Parecer n.º 97 — O sr. prefeito desta capital enviou a este Conselho uma petição do sr. Annibal de Gouveia Moura e sua mulher, dirigida ao Conselho Consultivo do Município, reclamando contra a acção dos agentes da Prefeitura em sua propriedade "Mandacarú do Meia", onde exploram a industria de sal.

Os reclamantes allegaram que, no dia 2 de abril de 1931, agentes da Prefeitura, desta capital, comparendo em sua propriedade acima referida, intimaram ao primeiro dos reclamantes para despezcar seus viveiros ou chadouros de ordem da Prefeitura, intimação esta que não foi attendida, retirando-se os alludidos agentes para a cidade.

A tarde voltaram os mesmos acompanhados de soldados da Força Policial, proibindo, terminantemente, que o primeiro dos reclamantes evitasse de a maré arrombasse os ditos chadouros, dando lugar, esse arrombamento, a destruição de muitos viveiros.

Conclue na 5.ª pag.

Thesouraria da Prefeitura de João Pessoa, 30/5/1933. Gótilo Fernandes, Thesoureiro Interino.

# A redução dos juros da dívida interna do País. Plano de conversão e resgate

Entre os problemas que devem merecer especiais cuidados do Governo Provisório, é este um dos mais importantes.

O nosso país está com uma dívida interna fundada superior a dois milhões, de contos, vencendo juros, em média de 7% sobre o valor nominal das apólices emitidas.

Tendo-se em vista, porém, o preço real porquanto foram vendidas estas apólices, estes juros se elevam para o duplo.

As apólices federaes do valor nominal de 1.000.000, juros de 7% ao ano só alcançam na Bolsa o valor real de 700.000, de maneira que os 700.000 de juros para um emprêgo de 700.000, equivale logo, a primeira vista, a juros de 10%.

Computando-se, porém, o lucro que deixa no reembolso, que é feito pelo valor nominal da apólice, estes juros se elevam, si o prazo do resgate for de 10 anos, para 11%.

Si o prazo do resgate for, porém, de 20 anos, equivalerão a 12%.

O país deve, internamente, em apólices, mais de dois milhões de contos de modo que só de juros anualmente, paga cerca de 140.000 contos.

Um grande peso morto nos orçamentos, exigindo assim aggravação dos já pesados impostos.

O recente acto do Governo Provisório reduzindo as taxas de juros para as transacções particulares, está a impôr que se o complete, com a redução geral das taxas de juros da dívida pública, não só a federal, como também a dos Estados e municípios.

Não se comprehende que o governo imponha ao particular reduzindo os juros de seus capitais, em transacções particulares, para 6, 8, 10 e 12% no maximo, quando o governo do país que deve pagar menos do que a taxa minima, paga, entretanto, mais do que a taxa maxima.

Si os portadores de hypothecas, penhoras e até mesmo promissórias em beneficio indirecto do país, devem sofrer resignadamente a moratoria de dez annos e a redução dos juros de seus capitais, porque também os portadores de apólices não podem sofrer uma redução nos seus juros?

Não é, portanto, fóra de propósito lembrarmos que os juros da dívida pública dentro de 20 annos, para o municipal, deve ser todo reduzido (pois importa as taxas actuaes de 6, 7, 8%) uniformemente, para a taxa de 4% ao ano.

Estabeleça-se o prazo de dez annos para o resgate de toda dívida interna fundada do país, reduzindo-se os juros para 4%, e vejamos a differença que resulta, tendo-se em vista que o juro medio actual é de 7% e o prazo medio para o resgate é de 30 annos.

A annuidade para amortização e juros de dois milhões de contos, a 7%, em 30 annos, pagaremos 4.835.183.400\$000. Reduzindo a taxa para 4% e estabelecendo o resgate para ser feito em dez annos, teremos de pagar uma annuidade de 234.461.500\$000, ou seja nos dez annos 2.344.616.000\$000, o que resulta para o país um lucro de 2.490.567.400\$000.

Apesar desta apparente redução na taxa, reduzindo-se o prazo da amortização para 10 annos, os juros se elevam, effectivamente, para 12% dentro do prazo de pagar as apólices, que têm actualmnte um valor real de 700.000, serão reembolsáveis, nesse curto prazo, pelo valor nominal de 1.000.000.

Conforme esta rapida analyse que fizemos, verifica-se que o país realisar um lucro de 2.490.567.400\$000, sem falar na dívida dos Estados e a dos municípios, que poderiam deixar a mesma cousa.

Para o pagamento annual desses DESPORTOS O "BOTAFOGO F. C." FOI O VENCEDOR DO TORNEIO "INITIUM" DA LIGA SUBURBANA DE DESPORTOS

Perante numerosa assistencia effectuada, domingo ultimo, no campo do "São Bento", em Barreiras, o torneio "Initium" da Liga Suburbana de Desportos, delle participando os clubs "São Bento F. C.", "Miramar S. C.", "Botafogo F. C.", "Palestra F. C." e "São Lourenço F. C."

234.461.600\$000 de juros e amortização, a fim de extinguir a dívida pública em dez annos, pode-se emitir annualmente essa importância. Comquanto o papel-moeda seja tambem uma dívida, não é, entretanto, onerosa de juros.

A mesma circulação monetaria de três milhões de contos apenas, é insufficiente. Dahi a alta taxa de juros que vigoravam em todos os negocios. A França e a Inglaterra, exclusive as colonias, que são pequenos países a vista do nosso, facil de se percorrer-las dentro de 24 horas. Tem, entretanto, uma circulação dez vezes maior e ali se usa generalizadamente o cheque, que faz ainda duplicar o volume da circulação.

Um augmento hoje da circulação não produz mais a tão temida queda de cambio.

Este hoje fixa-se na taxa que detentamos do dólar.

Si determinarmos o preço do dólar de 13\$300, como já vem vigorando ha dois annos, é este o preço. Si elevar para 20\$000, ou reduzir para 10\$000, será do mesmo modo.

Não temos em caixa ouro para defender o metal astadistico que, por qualquer motivo, fogue.

Quanto ao preço das mercadorias importadas, já não entra em jogo a circulação. Já vimos que o governo pode estabelecer hoje o cambio que entender, tenha maior, ou menor circulação papel.

Quanto a produção interna só temos a lucrar com o augmento de circulação, porque haverá maior elasticidade no credito e consequentemente, teremos maior produção.

Não faltará serviço para todos, derrime-se a crise que nos vem avassalando, e a vida será mais supportavel, porque os preços baixarão.

Si o governo ha de, portanto, estar pagando juros exorbitantes, deve antes emitir annualmente, pelo menos duzentos mil contos, que só beneficios poderá trazer ao país.

Não fosse a nossa circulação mesmo sem nenhum lastro ouro, estaríamos hoje no abysmo, principalmente si tivéssemos tomado os péccos conselhos de Sir Nemeayer.

A Inglaterra e os Estados Unidos estão hoje conhecendo os erros que commetteram, conservando o antigo padrão de antes da guerra.

Não obstante o vultuoso lastro ouro que possuem só agora francamente inflacionistas.

Deante da penuria que trouxe a guerra, o encaixe ouro mundial de apenas sobre o valor da circulação papel, tem de forçar o abandono desse padrão, cujo desequilibrio não é facil debellar.

Em nosso país, não temos hoje nenhum lastro ouro. As nossas minas muito pouco produzem. Devemos sahir desse impasse emitindo com um certo methodo, mas todos os annos infallivelmente.

Só assim augmentaremos a nossa produção e poderemos com mais facilidade saldar os compromissos internos, sem agravar mais os já exorbitantes impostos.

Para dar novo rumo ao país, seria mesmo de alto alcance que se emittisse logo até mesmo um milhão de contos, a fim de se crear o Banco Agrícola Hypothecario, de modo que este milhão de contos seria emprêtado aos Estados, a juros de 3% resgatáveis em dez annos.

Cada Estado seria obrigado a crear o seu Banco Hypothecario, reemprêtando a 5% o capital fornecido pelo governo federal. Só assim, empregaremos medidas decisivas para soerguer o nosso país.

OCTAVIO BEZERRA

sub-delegado do povoado Matta Virgem, do municipio de Umbuzeiro.

Do sr. Jonas Fluzza Chaves recebeu o dr. director da Segurança Publica, um officio communicando-lhe que em data de 23 do corrente assumiria o cargo de sub-delegado de Policia de S. Boaventura, districto de Alagôas do Monteiro.

O tenente Arthur Guedes Alcoforado, commandante da Guarda Civica, fez apresentar homem ao dr. director da Segurança Publica o guarda de 1.ª classe, n. 8, Manuel Alves de Mello, por haver terminado o castigo que lhe applicou aquella Inspectoria.

O guarda 18, de ronda, hontem, no 1.º districto, intinhou a comparecer á Delegacia de Policia o dr. Romulo Rubens Cavalcanti de Avellar, que, armado de um cacete, em sua residencia, pretendia espancar pessoas de sua familia.

O desembargador José Ferreira de Novaes, presidente do Superior Tribunal de Justiça, solicitou providencias junto ao dr. director da Segurança Publica afim de que fosse transferido para o Centro Agrícola "Presidente João Pessoa", o menor José Joaquim Gonçalves, que se acha preso em Cadeia desta capital no cumprimento da pena de 11 annos e 8 meses de prisão simples, imposta por aquelle Tribunal.

A disposição do seu legitimo dono encontra-se na Delegacia de Policia um guarda-chuva deixado por esquecimento no posto luminoso do Parahyba-Hotel.

DR. ALUIZIO RAPOSO PARTOS — MOLESTIAS DAS SENIORAS (Perturbações da gravidez) F.º interno dos honorários Pro-Matre Service do Prof. Fernando Magalhães) Santa Casa e Assistência Municipal do Rio de Janeiro Consultas: de 14 ás 16 horas. RUA BARÃO DO TRIUNPHO, 460.

PARTE OFFICIAL (Conclusão da 2.ª pagina) causando dano avaliado em rs. 6.000\$000 (seis contos de reis), além do valor dos peixes retirados pelos referidos agentes.

Ovidos estes, em vista do pedido de informação deste Conselho declaro o guarda-chefe da Prefeitura, Odilon de Carvalho, "que no dia 2 de abril de 1931 recebeu instruções do sr. prefeito para com outros agentes da Prefeitura intimarem as pessoas encontradas a vender peixe, na cidade, para que fossem vendel-os no mercado publico, e bem assim se entregarem os proprietarios dos viveiros, para mandarem, cada um, cincoenta (50) kilos de peixe para o mercado; que em cumprimento as ordens recebidas, dirigiu-se ao "Mandacaru do Meio"; onde o sr. Annibal de Gouveia Moura tem os seus viveiros e intimou da dar ordens recebidas; que o intimado declarou não ser peixe tratado no caso em aprezo, que não sendo obedecida a sua ordem, fez apprehensão do peixe em poder do sr. Annibal Moura e seguiu em companhia do mesmo senhor para a cidade; que, no mesmo dia, á tarde, voltou ao mesmo local com os seus companheiros e mais duas praças, requisitadas ao Chefe de Policia, tendo intimado ao proprietario da salina "Mandacaru do Meio" para fazer a pesca; que diante de abstinção do sr. Annibal Moura em attender a intimação, para fazer a pescaria, resolveu fazel-a por conta da Prefeitura, tendo postado soldados em diversos pontos, para evitar entrada de pessoas extranhas; que em seguida convidou pescadores na ponte de S.ª Annhã para ajudal-o; que esteve ali até alta madrugada; que mandou abrir e fechar as portas d'agua das salinas."

Requerida victoria por parte dos reclamantes, os peritos constatarem o dano causado, avaliado em rs. 9.000\$000 (nove contos de reis) o prejuizo, sem determinarem os causadores do dano.

Ovidas varias testemunhas, no acto da victoria, todas foram accordadas em affirmar que os agentes da Prefeitura, no dia acima indicado, estiveram nas salinas; que os mesmos intimaram ao sr. Annibal Moura a fazer a pescaria nos viveiros e que este protestando contra a intimação declarou aos mesmos agentes que o seu procedimento poderia causar grande prejuizo, pelos arrombamentos dos d'agua, e que os agentes da Prefeitura neste acto declararam que iam proceder a pescaria por conta desta."

Os reclamantes provaram com documentos de licença da Capitania do Porto, de impostos pagos á Prefeitura, ao Estado e á Nação, que são os proprietarios das salinas de "Mandacaru do Meio."

Do exame do processo chega-se á conclusão de que os agentes da Prefeitura, acompanhados de soldados da Força Publica, no dia 2 de abril de 1931, procederam á pescaria nas salinas do sr. Annibal de Gouveia Moura, contra a vontade deste.

Esta affirmativa vem das declarações do sr. Annibal Moura, das testemunhas e dos proprios agentes da

# O SR. JOSÉ AMÉRICO E AS ACCUSAÇÕES QUE LHE ESTÃO SENDO FEITAS

O SR. JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA é um homem que vetu da planície. Luctando contra a adversidade de um meio onde tudo lhe era hostil, sem transigir um millimetro na norma que se traçava dentro do mais rigoroso criterio de dignidade, intransigente e fiel aos seus ideaes de renovação politico-social. Parahyba, e do poz á admiração da Parahyba, e do país inteiro, pela inteireza de um caracter rectilíneo, pela acção de um administrador excepcional e pelo fulgor de uma intelligencia de escol. E' um milagre no meio da corrupção do momento que viveamos, onde os homens de uma envergadura tão assombrosa se encontram em pequena maioria.

Com o governo revolucionario de João Pessoa — aquelle fino psicologo e grande seleccionador de valores — o sr. José Americo foi chamado aos altos postos da administração publica. Revelou-se, então, o kilate do ouro do seu caracter, a sua capacidade de trabalho, a sua extraordinaria coragem physica e moral.

Foi o "braço direito" do inolvidavel presidente parahybano na desesperada resistencia ao Catete, na gloriosa defesa da autonomia do pequenino e heroico Estado nordestino. Luctou no sertão contra a canpanada de Princesa. E, após a tragedia dolorosa de Recife, ficou na Parahyba, de frente erguida, só com os seus actuaes amigos, no campo da batalha que todos julgavam perdida. Nesse instante dramatico, o país já o conhecia, porque da Camera se irradiaram para toda parte os ecos da attitude desassombrada que teve, enfrentando a camarilha do Governo no Parlamento, quando da sinistra "degolla" dos candidatos parahybano, realizada pelo sr. Cesarino de Mello, membro do Partido Autonomista e com o concurso do qual algumas figuras revolucionarias esperam ser constituintes.

Na capital do seu Estado, o sr. José Americo sustentou, stoico, a campanha armada de Princesa e essa outra

Prefeitura, todos informando que a pescaria foi feita por conta da Prefeitura.

Ora, desde que os proprietarios de viveiros não são, por lei, obrigados a procederem á pescaria nos mesmos em tempo determinado; desde que não se trata de autonomia do Estado, e de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em aprezo, de uma calamidade publica, que exige o sacrificio de alguns para a salvação de todos; desde que nenhuma lei do municipio pôde obrigar os proprietarios de viveiros a consentir na pesca destes por agentes da Prefeitura, claro está que os agentes desta, mandando proceder pescaria nos viveiros, tratava no caso em

# EDITAES

**RECEBEDORIA DE RENDAS — EDITAL N.º 7** — Industria e Profissao — 1.ª Via — De ordem do sr. director desta Recebedoria, faço publico que se recebera, até o ultimo dia util deste mes, sem multa, a bocca do cofre desta mesma repartiçao em uma só prestaçao, os impostos de industria e profissao maiores de ... 60\$000 até 100\$000, referentes ao corrente exercicio, de accordo com o art. 6.º do decreto n.º 1.609, de 18 de novembro de 1933.

**2.ª Secção da Recebedoria de Rendas, em João Pessoa, 2 de maio de 1933 — Heracilio Siqueira, chefe.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA—Edital n. 19**—De ordem do sr. prefeito municipal, faço publico, para que chegue ao conhecimento dos interessados, que esta Prefeitura está recebendo, a bocca do cofre, até o ultimo dia do corrente mes de maio, a primeira prestaçao do imposto de decima urbana superior a 100\$000.

Findo esse prazo, será esse imposto cobrado com a multa de 10% no primeiro mes e 2% nos seguintes meses. Prefeitura Municipal de João Pessoa, em 18 de maio de 1933. — J. de Carvalho, director de Exp. e Fazenda.

**EDITAL — Diretoria da Seguranca Publica** — De ordem do sr. dr. director da Seguranca Publica, declaro que é terminantemente prohibido fazer disparos de roquete, explodir bomba de qualquer natureza, queimar buscapé, rojão e outros fogos reconhecidamente prejudiciais, tanto no perimetro desta capital como nas cidades, villas e povoações do interior.

**EDITAL — Concurrenca Publica** — 22.º Batalhão de Caçadores — De accordo com a letra "C", § 1.º do artigo 738 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, aprovado pelo decreto n.º 15.783, de 8 de novembro de 1922 e de ordem do sr. commandante do Batalhão, faço publico, para conhecimento dos interessados, que se realizará no dia 25 de junho vindouro, ás 9 horas, a venda em hasta publica, no quartel desta unidade, de um motor "Diesel" de 25 H. P., um motor electrico de 2 H. P., um dynamo gerador e uma bomba electrica de 3 pollegadas.

Estes objectos, poderão ser vistos no quartel acima referido todos os dias uteis, das 8 ás 11 horas e das 12 ás 16 horas. Quartel do 22.º Batalhão de Caçadores, em João Pessoa, 25 de maio de 1933. — Manuel Almeida Sobrinho, 2.º tenente ajudante.

**EDITAL DE CITACAO com o prazo de 8 dias em accao criminal** — O dr. Antonio Feitosa Ferreira Ventura juiz de direito da 1.ª vara desta comarca, na forma da lei, etc.

Faz saber que, pela 1.ª promotoria publica, foi denunciado Alfredo Pedro da Silva, jornalista, residente em Cabedello, como incurso nas penalidades previstas no art. 356 combinado com o 358 do Codigo Penal. E como não se encontre o alludido denunciado no distrito de sua culpa, de onde se foragira para lugar não conhecido conforme a certidão fornecida pelo official de Justica Graçiliano Gonçalves Cavalcanti, pelo presente chama e cita-o para comparecer na sala das audiencias deste Juizo em um dos salões do pavimento superior do Palacio das Secretarias, á Praça Pedro Americo, nesta cidade, no dia 14 de junho vindouro, ás 14 horas, onde será interrogado, apresentará a defesa que tiver e instaurada a formaçao de sua culpa. E para que este chegue ao conhecimento do denunciado ou de quem possa interessar, mandou publicar e affixar-o nos lugares competentes. Dado e passado nesta cidade de João Pessoa, aos 24 dias do m.º de maio de 1933. Eu, Frederico Carvalho Costa, escrivão, escrevi. (Ass. Antonio Feitosa Ferreira Ventura. Está nos termos do original: dou fé Data supra. O escrivão, Frederico Carvalho Costa.

**EDITAL DE CITACAO com o prazo de 8 dias em accao criminal** — O dr. Antonio Feitosa Ferreira Ventura juiz de direito da 1.ª vara desta comarca, na forma da lei, etc.

Faz saber que, pela 1.ª promotoria publica foi denunciado, conjunctamente com Antonio Vicente Pessoa e José Joaquim dos Santos, Antonio Baptista dos Santos, natural do Rio Grande do Norte, jornalista, analphabeto, residente nesta cidade, como incurso nas penalidades prescriptas no art. 356 em combinaçao com o 358 do Cod. Penal. E como, porém, não se encontre o referido no termo judiciario de sua culpa, de onde se foragira para lugar desconhecido, tudo conforme certidão exarada pelo official de Justica incumbido da diligencia, Graçiliano Gonçalves Cavalcanti, cha-

ma-o e cita-o para comparecer na sala das audiencias deste Juizo, em um dos salões do pavimento superior do Palacio das Secretarias, nesta cidade, no dia 7 de junho vindouro, ás 14 horas, onde e quando será interrogado, apresentará a defesa que tiver e feita a formaçao de sua culpa. E para que chegue ao conhecimento do supracitado mencionado Antonio Baptista dos Santos e de quem mais possa interessar, mandou expedir este que será affixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de João Pessoa, aos 24 dias do mes de maio de 1933. Eu, Frederico Carvalho Costa, escrivão, escrevi. (Ass. Antonio Feitosa Ferreira Ventura. Está nos termos do original: dou fé. Data supra. O escrivão, Frederico Carvalho Costa.

**REGISTRO CIVIL — EDITAL EM RESUMO** — Faço saber que affixei proclamaçao para o casamento civil dos contrahentes Manuel Francisco de Araújo, viuvo, negociante, natural deste Estado, filho dos fallecidos Bento Francisco de Araújo e Francisca Geraldina da Silva, e d. Esther Leite, solteira, funcionario dos Correios na cidade de Alagôa Grande, deste Estado, onde residem, natural do Rio Grande do Norte, filha de Thomé Leite de Oliveira, residente nesta capital e da fallecida d. Maria das Mercês Leite.

Manuel Alves de Moraes, artista, reservista do exercito e d. Maria Margarida dos Santos, maiores, naturaes deste Estado e residentes á avenida São José, Cruz de Armas, e á rua da Republica, desta capital. Se algum souber de algum impedimento, opponha-o na forma da lei. João Pessoa, 30 de maio de 1933. O escrivão — Sebastião Basto.

**J. MARTINS**  
Transporte em caminhões de Recife a João Pessoa e vice-versa  
Para Recife: 2.as, 4.as e 6.as feiras  
De Recife: 3.as, 5.as e domingos  
Praça Aristides Lobo, 90 — Telephone, 266 — João Pessoa

**E' a Revolução, minha gente!**  
Tabela dos preços da "Merceria Leite":  
Manteigas "Garça" ou "Lyrio", kilo 6\$400  
Joiabada "Peixe", lata 1\$900  
Assucar de 1.º Refinado, 1/2

Arroz "Aguilha", kilo	12\$500
Arroz "Rio Grande", g.	18\$200
Azeitona do "Douro", lata	2\$700
Azeite "Sol Levante", lata	2\$600
Azeites estrangeiros, lata	7\$500
Queijo do reino "Avenida", um	12\$500
Felijo mulatinho novo, litro	8\$900
Carne de sarque de 1.º, kilo	2\$000
Bacalhão superior, kilo	2\$500
Farinha de trigo, kilo	8\$00
Macarrão, kilo	1\$800
Banha do Rio Grande, kilo	2\$600
Pratos de especial louças e	
anath, um	5\$90

Para se certificarem dessa preciosa verdade queiram fazer uma visita á **MERCERIA LEITE**, á rua Joaquim Nabuco n. 7.

**VERMIFUGO ROGE**  
LIC. D. N. S. P. SOB N. 1.497 DE SETEMBRO DE 1923  
DA SOC. IND. PROD. ROGE LTD.  
São Paulo — Caixa 1916  
90% da população rural soffre de "Amarelão" e de vermes intestinaes.  
Applique o Vermifugo Roge, que, com uma unica dose, ficareis curado.  
O Vermifugo Roge é acompanhado de um poderoso tónico para o sangue.  
Em todas as boas drogarias e farmacias ou a Caixa Postal, 40 — João Pessoa VIDRO PELO CORREIO, 10\$500

**Sasa á venda nas Trinchiras**  
Vende-se a casa n. 747, á rua Epitacio Pessoa, com duas salas, três quartos internos, dois banheiros sa-nados, um quarto no quintal e outros pequenos comodos. Tratar proprio, na Concordia, 47. Preço: ... 25:000\$000

**SOUZA CAMPOS,** grande importador e exportador de ferragens, cutelaria e material de construcção. M. Pinheiro, 107 e 113.

**SORRIA, SORRIA SEMPRE**



**MAS SÓ, VAIDOSA SORRI, QUEM USA A PASTA NANCY**

**ALFAIATARIA GRIZA**



Os requintes da ultima moda, os estylos elegantes, atractivos e certos toques de refinamento convencional, tornam este estabelecimento o preferido de João Pessoa.  
**MACIEL PINHEIRO, 205.**

**DR. NELSON DE QUEIROZ CARREIRA**  
CIRURGIA EM GERAL  
PARTOS—MOLESTIAS DE SENHORA  
Consultorio e Residencia: DUQUE DE CAXIAS, 491. — TELEPHONE, 130.

**CASA GLAUCO DE Olivio Pinto**  
Rua Duque de Caxias n.º 555  
João Pessoa

Moderno e variado sortimento de perfumarias, miudezas e bordados.  
Material fotografico do afamado fabricante Kodak e atelier de fotografia.

**PREÇO FIXO, VENDAS A DINHEIRO**  
FAÇAM SUAS COMPRAS NA  
**CASA GLAUCO**  
30% DE MENOS  
Ver, para crer

**Todas são manteigas:** Porém a **LYRIO** foi, é, e será sempre a melhor de todas  
Representante neste Estado: **A. DE AZEVEDO FERREIRA**

# LOTERIA FEDERAL

GRANDE EXTRACÇÃO DE SÃO JOÃO  
(24 DE JUNHO)

# 2.000:000\$000

POR 400\$000

JOGAM 15.000 BILHETES E DISTRIBUE 2.339 PREMIOS NUM TOTAL DE 3.570:000\$000.

PEIDOS AO AGENTE GERAL: **C. MOURA** — RUA MACIEL PINHEIRO, 74 — JOÃO PESSOA

## Secção Livre

### Francisco Londres

Ao nosso querido papai, pelo feliz registro do seu aniversário, trazemos carinhosos abraços, pedindo a Deus sempre lhe proporcione saúde e alegria, para nossa completa felicidade.

JOÃO PESSOA MAI 3, 30/1933

Wilson Londres  
Waldir Londres

**AGRADECIMENTO** — Havendo terminado o tratamento a que se submettera, na Casa de Saúde "São Vicente de Paulo", a minha esposa Circe, venho, pelo presente, fazer, de publico, o meu profundo agradecimento aos illustres clinicos drs. Antonio d'Avila Lins e Lauro Wanderley, ás irmãs Rosa (Superiora) e Angelica, e enfermeiras que alli servem, pelo carinho e dedicacão que tiveram durante a enfermidade de minha senhora. Especialmente, ao dr. Antonio Lins e á Irmã Angelica, os meus agradecimentos, por tudo que fizeram pelo restabelecimento de minha consorte. João Pessoa, em 30 de maio de -933. — José Ramalho da Costa.

**AVISO** — Anna Ventura, representante da Escola Normal de Corte "Luc", pede ás professoras, que tenham alumnas a receberem diploma, queiram comparecer á rua Duque de Caxias 363, nesta cidade, no dia 4 de junho vindouro, para, de accordo com as mesmas, ser designado o dia para o recebimento dos diplomas.

**DECLARAÇÃO** — Antonio Cavalcante de Miranda, declara que de accordo com a decisão do sr. juiz de direito da comarca de Alagoa Grande, dr. Braz Baraehy, passa á assignar-se Antonio Cavalcante de Miranda Henriques.

### AVISO

A Padaria Santa Therezinha avisa não ter fundamento a noticia propalada por padeiros interessados, de que, com a entrega das installações arrendadas em que vem funcionando, serão prejudicados os seus numerosos freguezes, pois, pelo contrario, a referida padaria está se adaptando com melhores meios para, com maior facilidade, servir á sua crescente clientela.

**AO COMMERCIO** — The Texas Company (South America) Ltd., comunicam aos seus freguezes e ao commercio em geral que deixou de ser seu inspector-viajante o sr. Augusto Hypolito de Almeida, tendo o referido senhor se retirado por sua livre e espontanea vontade.

João Pessoa, 29 de maio de 1933. — P. P. The Texas Company (S. A.) Ltd., G. M. Alencar, gerente Districto de Parahyba.

Confirmo: Augusto Hypolito de Almeida.

consocios que no proximo dia 3 de junho, haverá uma "soirée", em comemoração do 41.º anniversario da fundação do Club Astréa. Os socios que estiverem de posse do recibo da mensalidade de abril, receberão da portaria um cartão que servirá de ingresso para a referida festa, e bem assim aquelles cujos filhos estejam incurso no art. dos estatutos. — Manuel de Oliveira, 1.º secretario.

**BARALHOS** de todos os typos, AVIAMENTOS para ALFAIATES e artigos para BILHARES, por preços BARATISSIMOS, vendem TOSCANO & C., na ALFAIATARIA MODELO, á avenida B. Rohan, n. 206-A, onde encontrará o freguez bellissimo sortimento de casimiras, das quaes poderá fazer uma roupa, no rigor da moda, por 140\$000.

A ALFAIATARIA MODELO fica junto á grande loja "A PREFERIDA".

### Terrenos á venda

Vendem-se os terrenos sítos em Tambá, com 20mx50m; proximos ás propriedades do sr. Souza Campos, por preços baratissimos.

A tratar nesta capital com o sr. Daniel d'Aratijo, á rua Visconde de Pelotas n. 150.

## "A NOVA PAULISTA"

O proprietario desse conhecido estabelecimento havendo chegado ultimamente das praças do Sul do Paiz, chama a atenção de sua numerosa freguezia, para o grande sortimento de sedas lisas, e listadas que está recebendo das melhores fabricas do Rio e São Paulo. Trata-se de artigos das ultimas novidades em tecidos de seda, em padronagens pessoalmente escolhidas nas fabricas.

**SORTIMENTO DESLUMBRANTE!**  
1.º EXEMPLO EM PREÇOS BARATOS  
VEJAM!

Seda chemisier para camisas, metro ..... 10\$000  
Folle de Soie lindas cores, metro ..... 3\$000  
Finos Crepe Georgete, metro ..... 12\$000  
Linho Beiga para vestidos grande sortimento, metro ..... 3\$000

GRANDE VARIEDADE EM TECIDOS EM GERAL  
NAO VESTIRA SEDA QUEM NAO QUIZER!

NAO É BARATO É QUASE DE GRAÇA!...  
E PARA VENDER MUITO! ADEUS CONCORRENTES!!!  
Colossal sortimento de carteiras, em qualquer tamanho

**ARTIGOS NOVOS! VISITEM! FORMIDAVEL SORTIMENTO**

A Nova Paulista em frente ao oitão do Quartel do Regimento Policial

## CONSELHO AOS DOENTES

Nunca se deve abusar do QUININO mormente depois dos 30 annos quando os Rins começam a enfraquecer não supportando irritantes que perturbem o seu funcionamento normal.—O quinino irrita o Estomago, a Bexiga e os Rins, produz mouquice, fastio, tonturas, urinas vermelhas e ardentes.—Com a sua acção os Rins fonte natural de eliminacão, dando lugar a accidentes perigosos como seja a Uremia, etc.—A CASSIA VIRGINICA é um remedio vegetal diuretico, de bom gosto, simples e de effeito rapido, conprovemente "inoffensivo para creanças, senhoras grávidas, Cardiacos, Albuminuricos e Diabeticos,—Indicada com segurança contra a Grippe, Febres rebeldes, Erysipela, etc.—Todas as febres serão vencidas. (Vide prospecto que acompanha cada vidro)—A venda nas principaes Pharmacias e Drogarias.

AOS SRS. PROPRIETARIOS DE ESTABULOS — Parello de trigo, vitros e discos para leite. Aos melhores preços. Moimho Parahyba. Rua Jama e Mello, 119. Telephone, 71. João Pessoa.

AULAS de solfejo, piano e bandolim.

Esther Holmes Pedrosa  
Av. Almeida Barreto, 641.

## Casas á venda Negocio de occasião

Vendem-se tres na Avenida Mira Mar, ns. 86, 92 e 98, em frente ao Radio Clube, oitões livres, terreno proprio, tendo as duas primeiras dois quartos e outras dependencias, a ultima ponto de negocio; quatro na rua do Tambiá, (lado do Parque Arruda Camara), ns. 513, 527, 543 e 565, typo chalet, terreno proprio, áreas entre as mesmas para construcção, com dois quartos, tendo a de n.º 527 tres quartos e alpendre, a tratar na Avenida Mira Mar. 98.

## Alerta Creançada

**FOGOS! GRANDE BAZAR! FOGOS!**  
VERDADEIRA FORTALEZA DE SÃO JOÃO  
Convida-se a petizada a uma visita sem compromisso ao GRANDE BAZAR DE FOGOS.

Onde estiver a grande Faixa Branca, com os seguintes dizeres:  
Fogos, **GRANDE BAZAR!** — Avenida Beaurepaire Rohan, 256

## AVISO

Os proprietarios da Pharmacia Londres lembram á sua numerosa freguezia que desde o dia 1.º de agosto do anno passado suspenderam todas as suas vendas a credito a retalho.

Podem, assim, sem temer concurrencia, vender a menores preços; exclusivamente a dinheiro, sem excepção.

## E' PARA POBRES E RICOS PINCE-NEZ MODERNO

— DE —  
B. VICENTE DALIA

O unico estabelecimento no no te do Brasil, que possui sortimento completo em oculos, pince-nez binoculares e vidros de todas as cores e todas qualidades, apropriados para vista cansada, myopia, corrigir strabismo, etc., etc. Preço ao alcance de todas as bolsas.

Maciel Pinheiro, 300 — Teleph. 243 — João Pessoa

## PARAHYBA HOTEL

EDIFICIO NOVO

CASA DE 1.º ORDEM

MANTENDO ESCRUPULOSO SERVICO CULINARIO REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL.

PONTO CENTRAL DA CIDADE E DE BONDE PARA TODAS AS LINHAS

Praça Vidal de Negreiros — João Pessoa

Em entrevista a "A Nação", do Rio, o sr. Armando Simões, figura central da delegação do Instituto do Café de São Paulo, que alli se encontra,

## Tece elogiosos comentários a personalidade do ministro José Americo

RIO, 30 — (Nacional) — "A Nação" publica longa entrevista que lhe concedeu o sr. Armando Simões, relatando o que se passou na conferência que tivera com o ministro José Americo e justificando as medidas pleiteadas junto ao titular da Viação pela delegação do Instituto do Café de São Paulo.

De começo, o sr. Simões, que é figura central da delegação, fala sobre o ministro José Americo, observando: "Ainda estamos sob a agradável impressão que nos deixou o sr. José Americo. Eu e meus companheiros tivemos uma interessante surpresa com o ministro da Viação, menos pela maneira fidalga com que nos recebeu em seu gabinete, prontificando-se, com sincera delicadeza, a ouvir todo o pensamento da delegação, do que pela extraordinária vivacidade de espírito revelada durante a discussão dos problemas apresentados.

A delicadeza e a atenção aos que programam, s. exc. nós já sabíamos, como toda a gente, que são regras nor-

maes no gabinete do ministro da Viação, mas não contávamos naturalmente encontrar um homem que tem a sua tremenda sobre-carga de preocupações, fatigando o corpo e esgotando o espirito, com uma inteligência continuamente atilada para apprehender, num relance, antes mesmo de completada a exposição, toda a perspectiva dos problemas apenas enunciados.

Foi por isso que a nossa conferência, envolvendo assumptos complexos, pôde esclarecer facilmente, os objectivos do Instituto do Café, e as necessidades da lavoura paulista, no tocante ao Ministério da Viação.

Dentre as questões discutidas pleiteia o referido Instituto a vinda annual de, pelo menos, cincoenta mil ardestrinos para os trabalhos da colheita do café em São Paulo, regressando em seguida aos respectivos Estados.

Essa entrevista abrange mais de três columnas da citado jornal. (A União).

## Em torno a defesa da personalidade do ministro José Americo

### Enthusiastico despacho de um official do Exercito a sua exc.

RIO, 30 — (Nacional) — O tenente Walter Pompeu, que se distinguio na revolução de São Paulo, por ter dominado a capital daquele Estado, onde se achava preso antes da victoria das forças dietoriaras, em 1932, acaba de transmittir ao ministro José Americo o seguinte telegramma:

"Li hoje sua magistral resposta ao "Diário Carioca" no appello que faz ao amigo para por termo á polemica travada em torno de sua pura personalidade. Penso, como o "Diário Carioca", que a consciencia nacional já sabe quem está com a verdade na polemica. Aceite, mais uma vez, a minha irrestrita solidariedade, porque o prezado amigo não é só um homem de bem: é o revolucionario desasombrado, sadio e limpo. Abraços — Walter Pompeu". (A União).

TODO O SPORTMAN deve ter consigo um vidro da Agua Rabello, por ser o unico medicamento que em qualquer emergencia poderá usar com exito. Contusões, luxações, ferimentos, facturas expostas devem ser immediatamente cobertas com uma pasta de algodão embebida em Agua Rabello para evitar a granguena. A Agua Rabello é um poderoso antiseptico e cicatrizante. A venda nas Pharmacias e Drogarias.

## O DIRECTORIO ACADEMICO DE MEDICINA DO RIO PROTESTA CONTRA A DEPORTAÇÃO DE UM ESTUDANTE

RIO, 30 — (Nacional) — O Directorio Academico de Medicina desta capital apresentou ao ministro da Educação um protesto contra a deportação do estudante Miguel Lupi Martins, do Estado do Pará, por ordem do respectivo interventor. (A União).

## Telegrammas officiaes

Do Chefe do Governo Provisorio recebeu o sr. Interventor Federal o despacho que se segue:

PALACIO CATTETE, Rio, 27 — Accusando recebimento vosso telegramma apraz-me agradecer e retribuir congratulações me enviastes pela ordem e regularidade decorreram eleições 3 maio nesse Estado. Cordiaes saudações. — GETULIO VARGAS.

## O titular da Viação convidado a visitar Vassouras

RIO, 30 — (Nacional) — O sr. Mauricio de Lacerda, prefeito de Vassouras, convidou o ministro José Americo a visitar aquella cidade. (A União).

## Associação dos Representantes Comerciaes no Estado da Parahyba

Prosegue, com muito interesse, as reuniões preparatorias que essa sociedade vem realizando, com o maior proveito para a sua organização definitiva.

Para amanhã está marcada mais uma sessão, de assembleia geral, na qual serão discutidos e submetidos á aprovação, os estatutos sociais. A directoria provisoria encarece, por esse motivo, o comparecimento de todos os associados, adiantando que serão alli bem recebidos os demais commissarios da praça que não sendo ainda socios, desejem colaborar pelo engrandecimento da "Associação dos Representantes Comerciaes no Estado da Parahyba".

## UM DESFALQUE NUM CORPO PROVISORIO DE ALEGRETE

PORTO ALEGRE, 30 — O interventor Flôres da Cunha, avisado de irregularidades no corpo provisorio de Alegrete, enviou um official de sua confiança aquella cidade.

O official apurou que o citado corpo, registrado como contando 320 praças, possuia somente cento e poucas.

Constatou ainda o desvio de 50 contos, 26 fuzis, 16.000 tiros e 300 pares de arreios, além de café, assucar, etc., vendidos aos poucos no commercio.

O governo gaúcho mandou continuar o inquerito, estando disposto a punir severamente os culpados.

O tenente Lauro Alves, quartel mestre do corpo, desapareceu e está sendo chamado por edital. (A União).

## DJA RELIGIOSO

## Encerramento do mez mariano Coroação de Nossa Senhora

Haverá hoje, na Cathedral Metropolitana, a solenne coroação de Nossa Senhora, como se tem feito nos annos anteriores.

Para esta function liturgica, tão apreciada dos nossos catholicos, a Cathedral está ricamente ornamentada. O côro entregue a um conjunto de cincoenta vozes femininas, entre as quaes dez solistas, preparou para hoje um programma inteiramente novo.

O conego João de Deus, especialmente convidado, fará um sermão apropriado ás presentes solemnidades.

Antes da benção do Santissimo, serão bento os broches com a effigie de Nossa Senhora das Neves, sendo então consagrada a parochia á excelss. Padroeira da cidade.

A banda de musica do Regimento Policial, gentilmente cedida pelo commandante José Mauricio, abrilhantará a festa de hoje.

# A União

ORGAM OFFICIAL DO ESTADO

COMPOSTO EM LITHOTYP — IMPRESSO EM MACHINA ROTOPLANA "DUPLIX"

ANNO XLI | JOÃO PESSOA (Parahyba) — Quarta-feira, 31 de maio de 1933 | NUMERO 122

## Acha-se installada na Escola Normal a "Associação Parahybana pelo Progresso Feminino"

Vem conseguindo inteiro exito a "Associação Parahybana pelo Progresso Feminino", fundada por um esforçado grupo de senhoras e senhoritas de nossa elite social e destinada a propugnar pela cultura e direitos da mulher carente.

As inscricões respectivas, conforme communicação que recebemos da secretaria da mesma agremiação, haviam sido suspensas desde 22 de abril ultimo, em vista do numero sempre crescente de associadas, e da incapacidade da sede provisoria respectiva.

Agora, entretanto, resolvido o problema da sede, que será no edificio da Escola Normal, cedido gentilmente pelo sr. Interventor Gratuliano Brito, de accordo com o conego Mathias Freire, director do mesmo estabelecimento de ensino, foram concluidos os estatutos.

Assim, a directoria da A. P. pelo P. F. avisa ás suas associadas que hoje deverão reunir, em assembleia geral, para a sua discussão e approvação.

Essa reunião, de grande interesse, será ás 19 horas.

FOGOS DE SALÃO — Os mais distinctos vende o "Bazar Americano", em frente á "Casa Americana".

## Sociedade de Medicina e Cirurgia

Reúne hoje, á hora e local do costume, esse prestigioso gremio scientifico, a fim de tratar de assumptos diversos.

Estão inscriptos, para falar na ordem do dia, os Drs. Flavio Marója e Octavio Soares.

O presidente, dr. Lourival Moura, solicita o comparecimento de todos os associados.

## VIAJA PARA O RIO O INTERVENTOR DO PARANÁ

RIO, 30 — (Nacional) — Com destino á esta capital, partiu hontem de Curitiba o interventor federal no Paraná, sr. Manoel Ribas. (A União).

## RETRÊTA

Programa da retrêta a realizar-se hoje, na Praça Venancio Neiva pela banda de musica do 22.º Batalhão de Caçadores, das 19 ás 21 horas:

1.ª parte — "Linda morena", marcha-canção; "Osculo de mãe", valsa; "Loura ou morena", fox-trot; "Minha palmeira triste", samba; "Tenente Aquino", dobrado.  
2.ª parte: — "O dia vem raiando", marcha; "Força indomita (sobre motivo do "Guarany)", valsa; "Les Troyens a Carthago", preludio; "Esse getinho que voce tem", samba; "Coronel José Rocha", dobrado symphonico.

## NOVO DESASTRE DE AVIAÇÃO

PORTO ALEGRE, 30 — (Nacional) — Ocorreu nesta capital um accidente de aviação com um avião da Marinha, perecendo no desastre o tenente-aviador Paulo Sampaio e o passageiro Barbosa Pinheiro, director da Aero-Postal. (A União).

## 1.ª Feira de Amostras da Cidade de Recife

## Nella poderão tomar parte os demais Estados da Federação

Está annunciada para dezembro proximo a abertura solenne da 1.ª Feira de Amostras da Cidade de Recife, que funcionará no Parque da Escola Normal, sob os auspicios de nomes de destaque das classes produtoras da vizinha metropole do sul.

Realizada Pernambuco no terreno da agricultura, industria e commercio, podendo concorrer ao importante certame ás demais unidades federativas.

Em propaganda da 1.ª Feira de Amostras de Recife, encontra-se nesta capital o sr. Pedro Paulo Lanza, commissario geral, que veiu acompanhado do seu secretario sr. Renato Bemfica.

Hontem, á noite, fomos visitados por esses distinctos cavalheiros.

A proposito, recebemos a seguinte nota para publicação:

"A 1.ª Feira de Amostras da Cidade de Recife, que será installada em dezembro do corrente anno, no Parque da Escola Normal, official, está despertando franco interesse entre industrias e commerciantes de todo o Brasil, os quaes se prontificam a adherir ao grande certame e se têm apressado em tomar os logares que julgam necessarios á exposição de seus productos.

O local da Feira será convenientemente adaptado para a installação do Grande Certame.

Além dos pavilhões existentes, serão construidos outros, a fim de comportar os mostruarios de exposições do Estado de Pernambuco e dos outros Estados do Brasil.

Para commodidade dos visitantes, haverá no recinto do Certame, diversões, bars, restaurantes, jantins, assim o util ao agradável e os que visitarem a Feira passarão momentos prazerosos.

Os mostruarios que se destinarem á Feira da Cidade de Recife terão isenção de fretes.

A prova de que este Certame vae se revestir de grande brilhantismo é a decidida colaboração das autoridades estaduais, municipaes com a isenção de quequer impostos, imprensa, de todo o país, associações de classes, addidos commerciaes estrangeiros,

## NOTICIARIO

Conforme communicação que nos foi dirigida, vem de ser fundado, nesta capital, a revista da Republica, um jornalzinho humoristico, sob a responsabilidade dos jovens educandos Nilton da Nobrega Chaves, director; Aluizio Areella, gerente e José Pedro, redactor.

Receberá o mesmo o titulo de "O Garoto".

FOGOS PARA REVENDEDORES — Descantos espaciaes, no "Bazar Americano", em frente á "Casa Americana".

## Telegrammas retidos

Há, na Repartição dos Telegraphos, telegrammas retidos para: Zaccara, Emilia Maia, avenida 1.ª de Maio; 128 Trincheiras.

## Os protestos contra os ataques do "O Norte" aos sertanejos

Recebemos hontem os telegrammas que divulgamos em nosso numero de "Arara, 25". Em nossos nomes no de todos eleitores deste districto lado operoso prefeito lancamos energico protesto contra grosserias insultos "O Norte" nove corrente pretendendo offender consciencia civica eleitorado interior solidarios Partido Progressista. Saudações Antonio Deadonho, José Delphinio, José Alves, Manoel Alves, Luiz Castro, Manuel Carvalho, João Octaviano, José Cavalcante, Pedro Cordeiro, Candido Pinheiro, Pedro Victorino, Julio Pinheiro, João Medeiros, Francisco Nunes e Alfredo Raymundo.

Fatos, 30 — Partido Progressista este municipio indignado com insolita aggressão brios nove sentença feita jornal "O Norte" lança vehemente protesto aquella attitude. Pode seja seu protesto publicado nossas columnas que sempre estão livres a defesa de quem sou adusto sol nordestino trabalha dignamente para honra da Parahyba indomita altiva. Saudações Peregrino Filho, João Olympio, Nelson Nobrega, Alfredo Lustosa Cabral, Alcebiades Parente, Pedro Celestino, José Vieira Arcoverde, José Epaminondas Nobrega, Antonio Urquiza, Antonio Souza Gomes, Zozino Gurgel, Sevilino Motta, Manuel Canuto Torres, Godofredo Cunha, Manuel Farias Leite, Hermenegildo Salyro, Pedro Veiga Torres, Misael Simões, Mathias Real, Archimedes Anaral, Pedro Cae-

commerciantes de Pernambuco e dos demais Estados da Federação.

Nella teremos o grato ensejo de aquilatar das nossas realizações nos diversos campos de actividade humana. O commercio com as suas empresas organizadas de conformidade com as exigencias do dynamismo moderno; as industrias, com os seus artigos que revelam a preocupação maxima de aperfeiçoamento, corrigido as imperfeições de hoje para a victoria de amanhã; e, finalmente a lavoura, com os seus productos reveladores do trabalho intelligente que adapta pela selecção e aclimação a planta ao ambiente.

E, pois, um agglomerado de productos os mais distinctos para diferentes applicações na existencia do homem, que surgirá ás vistas dos visitantes da 1.ª Feira de Amostras da Cidade de Recife, visando um só alcance, uma só finalidade, qual seja apregoar, com alevantado espirito de patriotismo, o que temos feito e o que nos compete fazer ainda para a grandeza do trabalho nacional.

Este é o espirito que preside á organização da 1.ª Feira de Amostras da Cidade de Recife.

O sentimento de amor ao torrão brasileiro, "pari-passu" com as preocupações de progresso, de adiantamento, é que norteia o proximo Certame, fazendo que alli se reúnem todos os productos que constituem o nosso commercio, nossa industria e nossa lavoura, a fim de tornar evidente a todos os olhos a nossa capacidade de trabalho.

A 1.ª Feira de Amostras da Cidade de Recife, atrahirá, sem duvida, a todos quantos contribuam com o esforço, para a solidez da obra da nossa preparação e elles dalli sairão, por certo, competentes para a alta finalidade, qual é de estimular, nos expositores, o desejo de aperfeiçoar, sempre, os seus productos, contribuindo deste modo, para incentivar o seu commercio e augmentar as nossas riquezas.

Razão bastante nos assiste para vaticinar o brilhante successo que se acha reservado á 1.ª Feira de Amostras da Cidade de Recife, cujas portas se abrirão em dezembro proximo".

tano dos Santos, Antonio Cesar, Carlos Trigueiro, José da Silva Medeiros, Francisco Machado, João Norberto Guedes, Alcorado Filho".

1.000 qualidades de FOGOS e FOGUINHOS só se encontram no "Bazar Americano", em frente á "Casa Americana".

## Directoria Geral de Saúde Publica

No requerimento em que o sr. Honorio Martins de Athayde, pratico de pharmacia, licenciado por esta Directoria e estabelecido com pharmacia na povoação de Cachoeira de Cobelas, pede a transferencia da mesma para a povoação de Serra Redonda, o sr. director deu o seguinte despacho: — Indeferido, de accordo com o art. 12 do decreto federal n.º 20.877, de 30 de dezembro de 1931.

O ANNUNCIO publicado num jornal sem circulação garantida é dinheiro posto fóra.

## MOVIMENTO DO FÓRO

CARTORIO DE DISTRIBUIÇÃO — Distribuidor Justo Gouveia.

Movimento do dia 29

Fôram distribuidos: Ao juizo da 1.ª vara, um "habescorpus" requerido em favor de Antonio Mariano de Souza.

Ao mesmo juiz e ao cartorio J. Cancio, uma acção executiva para cobrança de 2:400\$000.

Ao juizo da 2.ª vara, um alvará de liberdade requerido pelos sentenciados Benvenuto José da Costa e Antonio Francisco da Silva.

Movimento do dia 30

Fôram distribuidos: Ao juizo da 1.ª vara, uma petição da firma fallida Domingos Griza & C.ª, requerendo a sua reabilitação.

Ao mesmo juizo e ao cartorio P. Ulysses, uma petição de D. Lucia Barbosa, requerendo a notificação da firma F. H. Vergara & C.ª.

Ao juizo da 2.ª vara e ao mesmo cartorio, uma acção executiva para cobrança de R. 237\$400.

Não deixem de fazer os seus "CLICHES" no atelier da "A União". Encarregado: Ariel de Farias.